

LEGISLATIVO / Cassação do deputado Deltan Dallagnol, queda de influência do senador Sergio Moro no Congresso e desmonte de equipes marcam os últimos momentos da operação judicial que deixou o país perplexo

A desidratação da Lava-Jato

» RENATO SOUZA

Nove anos depois das primeiras ações da Lava-Jato, os protagonistas da operação judicial entraram em derrocada na tentativa de ingressar no mundo político. A cassação do mandato do deputado Deltan Dallagnol, ex-coordenador-chefe da força-tarefa no Paraná, representa um duro golpe nas pretensões políticas dos protagonistas da investigação que desmontou um esquema de corrupção na Petrobras. Ainda durante seu trabalho no Ministério Público Federal, Dallagnol, assim como outros integrantes do grupo lavajatis-ta, defende alterações na legislação de combate à corrupção.

A expectativa era montar uma bancada da Lava-Jato no Poder Legislativo. No entanto, nos últimos quatro anos, a operação passou por uma fase de enfraquecimento com a revelação de conversas entre procuradores e juízes, por meio de aplicativos de mensagens, a desarticulação de forças-tarefas nos estados patrocinada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), e o envolvimento de muitos dos integrantes no projeto de reeleição do então presidente Jair Bolsonaro (PL).

Deltan chegou a indicar, ainda durante a campanha eleitoral do ano passado, que votaria no ex-presidente. O atual chefe do Executivo, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foi um dos principais alvos das ações deflagradas a partir da decisão de autoridades do Paraná. No entanto, os processos foram anulados pelo Poder Judiciário, por motivos que variam entre a suspeição do ex-juiz Sergio Moro — atual senador pelo União Brasil — por falta de provas ou por prescrição dos casos em razão de falhas processuais, como a incompetência da Justiça Federal paranaense para tratar das ações contra o petista.

No caso de Deltan, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, por unanimidade, que ele cometeu irregularidades ao deixar o cargo de procurador para se candidatar. No entendimento da Corte, ele pediu exoneração para

Nelson Almeida/AFP



Desde que deixou a magistratura, Sergio Moro perde espaço na política e se isola no Senado



Pelas proporções das condutas investigadas, do aparato policesco mobilizado e da repercussão midiática, a Lava-Jato assumiu um papel político e extrapolou limites legais e sua função investigativa e punitiva"

Antônio Carlos Freitas Jr, especialista em direito

fugir de processos administrativos que poderiam resultar em condenação, o que o tornaria inelegível por oito anos.

A decisão do TSE cassa o registro de candidatura e distribui os votos para a legenda partidária. Um recurso foi apresentado ao Supremo, mas o afastamento do cargo eletivo teve efeito imediato. As chances de reverter o resultado por meio de ação no Supremo são pequenas.

O relator, Benedito Gonçalves, afirmou que, quando Dallagnol pediu exoneração, já tinha sido formalizado contra ele mais de 15 procedimentos, que poderiam gerar processo administrativo disciplinar e resultar em exoneração, levando à inelegibilidade. Para o magistrado, Dallagnol tentou fugir das consequências legais.

Moro continua com o mandato de senador da República, mas

está isolado no Parlamento. Senadores comentam, nos bastidores, que o ex-juiz não consegue atrair apoio para tocar pautas que considera importantes. Na avaliação dos colegas da Casa, ele teve uma atuação política quando ocupava o cargo de magistrado, e atuou para criminalizar a atividade política. Nas sessões, Moro tem afirmado que realizou um trabalho técnico, que combateu a corrupção, e alega que o sistema tem se virado contra a operação da Justiça paranaense. Defensor de Dallagnol, criticou a cassação do colega.

Os desdobramentos da Lava-Jato continuam acontecendo. O juiz Eduardo Appio, que assumiu no lugar de Moro como titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, foi afastado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF-4), suspeito de ter ligado para o filho do desembargador Marcelo Malucelli, aliado de Moro, para fazer declarações em tom de ameaça. Ele segue fora do cargo até que o

caso seja analisado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Interlocutores têm afirmado que o magistrado discorda da decisão, mas ele tem evitado dar declarações públicas sobre a situação.

Além da Justiça

A fase técnica da operação, que começou em 2014, mudou de rota em 2018, quando os integrantes da operação em diversos estados decidiram concorrer a cargos eletivos. Em 2019, Sergio Moro largou a magistratura para aceitar o cargo de ministro da Justiça no governo de Jair Bolsonaro. Após desentendimentos com o presidente, ele deixou o posto em abril do mesmo ano.

Para Antonio Carlos Freitas Júnior, mestre e doutorando em direito pela Universidade de São Paulo (USP) e especialista em direito e processo constitucional pelo Instituto de Direito Público (IDP), a Lava-Jato se mostrou além de uma ação puramente

jurídica desde o início.

“Desde sua gênese, pelas proporções das condutas investigadas, do aparato policesco mobilizado e da repercussão midiática, a Operação Lava-Jato assumiu um papel político e extrapolou limites legais e sua função investigativa e punitiva. Esse pano de fundo impôs a anulação de condenações em recursos extremos pelos Tribunais Superiores”, afirma.

Acácio Miranda, doutor em Direito Penal, Eleitoral e Constitucional, afirma que a influência das ações no campo político geraram perda de credibilidade técnica. “O que enfrenta hoje na Lava-Jato é reflexo de excessos cometidos e em segundo lugar a politização da Operação. Tivemos o impeachment de uma presidente e o resultado das eleições de 2018 muito ligados a força-tarefa. Isso gerou perda de credibilidade jurídica e com isso veio a morte formal da operação”, ressalta.

JUSTIÇA ELEITORAL

Crivella perde mandato por usar Guardiões

» VICTOR CORREA

A Justiça Eleitoral determinou a cassação do mandato do deputado federal Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), ex-prefeito do Rio de Janeiro. Ele também foi multado em R\$ 433.290, e ficará inelegível por oito anos a partir das eleições municipais de 2020. Crivella é acusado de montar um esquema para impedir reportagens sobre a área da saúde no Rio de Janeiro quando era candidato à reeleição para a prefeitura.

A decisão foi tomada pela juíza Márcia Capanema, após ação feita em 2020 pela coligação entre PT e PCdoB. Segundo as legendas, Crivella praticou abuso de autoridade e conduta vedada a agente público em campanhas eleitorais, monitorando e impedindo que profissionais da imprensa falassem com cidadãos sobre o sistema público de saúde da capital fluminense.

No esquema comandado por Crivella, ele usou servidores batizados de “Guardiões do Crivella”, que foram identificados pela acusação, em desvio de função. Na sentença, a juíza declarou que a decisão tem “caráter pedagógico-preventivo” e demonstrava o repúdio contra a “conduta moral e ilegal perpetrada”.

Funcionários da prefeitura carioca eram enviados às unidades de saúde da cidade para atacar jornalistas que fossem cobrir a situação da saúde pública e intimidar cidadãos a não denunciarem as condições das unidades. Crivella chegou a ser alvo de um processo



Para a Justiça, Marcelo Crivella praticou abuso de autoridade ao impedir o trabalho da imprensa no Rio

R\$ 433,2 MIL

é o valor da multa imposta pela Justiça Eleitoral a Marcelo Crivella

de impeachment por conta do caso, que foi barrado na Câmara dos Vereadores do Rio, e de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, também em âmbito municipal. O caso veio à tona em 2020, após reportagem da TV Globo.

Segundo apurou o **Correio**, a decisão é de 8 de maio, e não tem efeito imediato. Procurada, a defesa de Crivella

respondeu que a juíza não tem competência para cassar um mandato de deputado federal, e que já apresentou recurso contra a decisão. O processo corre sob sigilo.

Outras condenações

O ex-prefeito do Rio já foi condenado outras vezes neste ano

Para saber mais

Entre a fé e a política

Marcelo Crivella é figura conhecida da política carioca, e seu mandato como prefeito do Rio de Janeiro foi marcado por polêmicas. Pastor e bispo — licenciado atualmente — da Igreja Universal do Reino de Deus, Crivella ingressou na política nos anos 2000. Em 2002, foi eleito senador pelo seu estado, tornando-se o primeiro reeleito ao cargo pelo RJ em 2010. Em 2012, ele se afastou do Senado para ser ministro da Pesca e Aquicultura de Dilma Rousseff (PT) até 2014, quando também disputou as eleições para o governo do estado do Rio de Janeiro, mas perdeu. Ele exerceu o mandato de senador até 2016, quando foi eleito prefeito da capital fluminense, em disputa com o agora presidente da Embratur, Marcelo Freixo. Em 2020, Crivella perdeu a disputa pela prefeitura para Eduardo Paes (PSD), desgastado por polêmicas como a revelação do

escândalo dos “Guardiões do Crivella”, que rendeu pedidos de impeachment e uma CPI na Câmara dos Vereadores do Rio. Ele foi eleito deputado federal em 2022, com 1,27% dos votos válidos do estado.

Ao chefiar o ministério da Pesca, ele foi alvo de investigação do Tribunal de Contas da União (TCU) por indícios de irregularidades no seguro-defeso, incluindo pagamentos a pessoas que não eram pescadores e pescadores com fontes alternativas de renda. Como prefeito, o político foi o primeiro a ter suas contas reprovadas, em 2019, pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, com déficit de R\$ 4,24 bilhões. Em dezembro de 2020, ele foi preso em operação conjunta da Polícia Civil e do Ministério Público do Rio de Janeiro por suspeita de comandar um esquema de corrupção dentro da prefeitura, envolvendo o recebimento de propinas. A prisão ocorreu a nove dias do fim de seu mandato. Ele cumpriu prisão domiciliar e foi solto em fevereiro do ano seguinte após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). (VC)

pela Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro. Em fevereiro, Crivella foi condenado por abuso de poder por ter apresentado dois projetos para descontos no IPTU durante sua campanha em 2020, divulgando os projetos em vídeos nas suas redes sociais. Segundo a Justiça, o material foi usado indevidamente na campanha.

Em abril, Crivella foi

novamente condenado em ação ajuizada pelo atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), que questionava a distribuição de panfletos pelo ex-prefeito que associavam Paes à defesa da legalização do aborto, das drogas, da “ideologia de gênero” e da liberação do “kit gay” nas escolas. Em todas as ações, Crivella foi considerado inelegível.